ISSN: 2358-8829

SÍNDROME DE TOURETTE NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA GESTÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ICAPUÍ–CE

Francisco Gustavo Severino de Sousa [1]

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo, desenvolvido a partir da atuação na gestão de uma escola pública do município de Icapuí–CE, no período de julho de 2023 a julho de 2025, tendo como foco o acompanhamento e o processo de inclusão de um estudante que, ao longo desse percurso, obteve diagnóstico de Síndrome de Tourette. O relato parte das experiências vivenciadas no cotidiano escolar, desde a percepção de manifestações involuntárias apresentadas pelo estudante até a mobilização da gestão para compreender suas necessidades. Diante do desconhecimento inicial acerca de um transtorno pouco frequente no contexto escolar, foram desenvolvidas ações de acolhimento, diálogo com a família, orientação da equipe pedagógica e incentivo à busca por acompanhamento especializado, contribuindo para o processo que culminou na definição diagnóstica por profissionais habilitados. Após o diagnóstico, a escola enfrentou novos desafios relacionados à compreensão dos tiques motores e/ou vocais, às possíveis interpretações equivocadas das manifestações involuntárias, à prevenção de situações de constrangimento e à necessidade de construção de práticas pedagógicas inclusivas. A experiência evidenciou que o diagnóstico, isoladamente, não garante a inclusão, sendo necessário que a comunidade escolar também desenvolva conhecimentos e estratégias para acolher as particularidades do estudante. Conclui-se que a gestão escolar desempenha papel relevante na identificação de barreiras à aprendizagem e à participação, na articulação entre escola, família e profissionais especializados e na sensibilização da comunidade escolar, demonstrando que a inclusão se constrói também pela capacidade institucional de aprender, ressignificar práticas e compreender as diferenças.

Palavras-chave: Síndrome de Tourette, Educação Inclusiva, Gestão Escolar Inclusiva, Relato de Experiência.

INTRODUÇÃO

A construção de uma escola inclusiva exige que a comunidade educacional esteja preparada para reconhecer diferenças, identificar barreiras e reorganizar práticas diante de necessidades que nem sempre são conhecidas previamente pelos profissionais. Nesse contexto, a Síndrome de Tourette constitui uma condição que pode produzir desafios

[1] Graduando do Curso de Serviço Social da UniFatecie – Centro Universitário; Graduado do Curso de Geografia da UniFatecie – Centro Universitário; Graduado do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literatura da Universidade Castelo Branco – UCB; Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade de Franca – UNIFRAN; Graduado do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FABIBE; Especialista na Área da Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Mestre em Educação, profgugalobo@gmail.com.

específicos no ambiente escolar, sobretudo quando manifestações involuntárias são interpretadas como comportamentos intencionais, indisciplina ou desinteresse. A experiência cotidiana da gestão escolar pode, portanto, tornar-se espaço importante de aprendizagem institucional, acolhimento e articulação de respostas pedagógicas.

Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido a partir da atuação na gestão de uma escola pública do município de Icapuí–CE, entre julho de 2023 e julho de 2025. O foco recai sobre o acompanhamento de um estudante que, durante esse percurso, recebeu diagnóstico de Síndrome de Tourette. A experiência iniciou-se antes da definição diagnóstica, quando manifestações involuntárias percebidas no cotidiano escolar despertaram a necessidade de compreender melhor as situações vivenciadas pelo estudante e de buscar formas adequadas de acolhimento e acompanhamento.

O desconhecimento inicial acerca de um transtorno pouco frequente no cotidiano da escola constituiu um dos principais desafios enfrentados. Diante disso, a gestão mobilizou ações de escuta, diálogo com a família, orientação da equipe pedagógica e incentivo à busca por acompanhamento especializado. O percurso evidenciou que a escola não tem a função de produzir diagnósticos clínicos, mas pode observar barreiras à participação e à aprendizagem, registrar situações relevantes, acolher o estudante e estabelecer diálogo responsável com a família e com profissionais habilitados.

Após a definição diagnóstica, novos desafios emergiram, especialmente relacionados à compreensão dos tiques motores e/ou vocais, às interpretações equivocadas que poderiam ocorrer no ambiente escolar, à prevenção de constrangimentos e à necessidade de práticas pedagógicas inclusivas. A experiência mostrou que a existência de um diagnóstico não transforma automaticamente a cultura escolar: é necessário que os profissionais compreendam as particularidades do estudante e ressignifiquem práticas e atitudes.

Assim, o objetivo deste relato é refletir sobre o papel da gestão escolar no acompanhamento e no processo de inclusão desse estudante, destacando ações de acolhimento, articulação entre escola e família, orientação da equipe pedagógica e enfrentamento de barreiras à aprendizagem e à participação. Ao sistematizar a experiência, busca-se contribuir para o debate sobre gestão escolar inclusiva e sobre a capacidade institucional da escola de aprender diante das diferenças.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e reflexiva. Essa opção metodológica mostra-se adequada por possibilitar a sistematização de situações vivenciadas no cotidiano escolar e a análise dos aprendizados produzidos a partir da atuação da gestão diante de uma situação concreta relacionada à inclusão educacional. O interesse central não consiste em estabelecer generalizações, mas em refletir criticamente sobre práticas, decisões, desafios e estratégias construídas no contexto institucional.

O recorte temporal compreende o período de julho de 2023 a julho de 2025, correspondente à experiência de atuação na gestão de uma escola pública localizada no município de Icapuí–CE, período em que ocorreu o acompanhamento do estudante apresentado neste relato. A delimitação temporal permite compreender o percurso desde as primeiras observações realizadas no ambiente escolar, anteriores à definição diagnóstica, até o desenvolvimento de estratégias de acolhimento, orientação e acompanhamento após a confirmação da Síndrome de Tourette.

A construção do relato tomou como referência as experiências vivenciadas pela gestão escolar no acompanhamento cotidiano do estudante e nas interlocuções estabelecidas com os diferentes sujeitos envolvidos no processo educacional. Foram considerados, especialmente, os episódios relacionados à percepção inicial de manifestações involuntárias, às dificuldades de compreensão dessas manifestações no ambiente escolar, ao diálogo estabelecido com a família, à orientação da equipe pedagógica, ao incentivo à procura de acompanhamento especializado e às mudanças de compreensão ocorridas após o diagnóstico.

A sistematização da experiência também considerou as respostas institucionais desenvolvidas ao longo do período, incluindo ações de acolhimento, sensibilização e orientação destinadas a reduzir interpretações equivocadas acerca dos comportamentos apresentados pelo estudante. A atenção voltou-se, especialmente, para situações em que tiques motores, vocalizações ou outras manifestações involuntárias poderiam ser compreendidas como comportamentos deliberados, desobediência, provocação ou indisciplina. Nesse sentido, buscou-se analisar como a gestão escolar atuou na mediação de conflitos, no apoio à equipe pedagógica e na construção de respostas mais compatíveis com uma perspectiva inclusiva.

A análise foi conduzida de maneira reflexiva, tomando como eixos principais: o acolhimento do estudante; a relação entre escola e família; a orientação e sensibilização

da equipe pedagógica; as barreiras atitudinais e pedagógicas identificadas no cotidiano; os limites da atuação da instituição escolar diante de questões clínicas; e o papel articulador da gestão na construção de práticas inclusivas. Esses eixos permitiram organizar a experiência e compreender de que maneira as ações desenvolvidas contribuíram para modificar percepções, atitudes e procedimentos no espaço escolar.

Cabe destacar que o relato concentra-se exclusivamente nos processos educacionais e institucionais, não tendo como finalidade avaliar sintomas, estabelecer diagnóstico, analisar tratamento ou substituir a atuação de profissionais da saúde. A escola é compreendida, neste trabalho, como espaço de observação pedagógica, acolhimento, identificação de possíveis barreiras à participação e à aprendizagem e articulação com a família e com profissionais especializados, respeitando-se os limites próprios da atuação educacional.

A dimensão ética recebeu atenção durante toda a elaboração do relato. Não são apresentados o nome do estudante, sua turma, dados familiares ou outras informações que possam permitir sua identificação. O diagnóstico de Síndrome de Tourette é mencionado apenas por constituir elemento indispensável à compreensão da experiência educacional analisada. Da mesma forma, evitam-se descrições excessivamente individualizadas que possam produzir exposição, estigmatização ou associação direta do relato a uma pessoa específica.

Por fim, a interpretação da experiência foi realizada a partir da articulação entre as situações vivenciadas e os princípios da educação inclusiva discutidos no referencial teórico do trabalho. Dessa maneira, o relato procura não apenas descrever acontecimentos, mas refletir sobre os aprendizados institucionais produzidos durante o acompanhamento, evidenciando como a escola pode rever práticas, reorganizar respostas e fortalecer uma cultura de respeito às diferenças. A metodologia adotada permite, portanto, compreender a experiência como processo formativo para a própria instituição, especialmente no que se refere à capacidade da gestão escolar de identificar barreiras, promover diálogo e contribuir para a construção de condições mais favoráveis à participação e à aprendizagem do estudante.

REFERENCIAL TEÓRICO

A experiência analisada revelou um processo gradual de aprendizagem institucional, inicialmente marcado pelo desconhecimento acerca das manifestações apresentadas pelo

estudante e, posteriormente, pela construção de estratégias de acolhimento, orientação e acompanhamento. Para fins de análise, o percurso pode ser compreendido em dois momentos interligados: o período anterior à definição diagnóstica e aquele posterior ao diagnóstico de Síndrome de Tourette.

No primeiro momento, a presença de manifestações involuntárias no cotidiano escolar despertou atenção da equipe e exigiu cautela para que observações pedagógicas não fossem transformadas em conclusões clínicas. A ausência inicial de conhecimentos específicos sobre a Síndrome de Tourette poderia favorecer interpretações equivocadas, sobretudo em situações nas quais movimentos ou vocalizações fossem compreendidos como indisciplina, provocação ou tentativa deliberada de interromper as atividades. Nesse contexto, o acolhimento e a observação responsável constituíram estratégias fundamentais.

A experiência demonstrou que a inclusão pode começar antes mesmo da apresentação de um diagnóstico. A postura adotada pela gestão buscou compreender as situações vivenciadas pelo estudante, evitando respostas imediatas de caráter punitivo. Essa perspectiva dialoga com a compreensão de que acolher não significa apenas receber afetivamente, mas observar, escutar e reconhecer que determinadas manifestações exigem compreensão antes de qualquer julgamento.

Outro aspecto relevante foi o diálogo com a família. O compartilhamento das percepções observadas no ambiente escolar contribuiu para ampliar a compreensão da situação e incentivar a procura por acompanhamento especializado. Nesse processo, tornou-se evidente a necessidade de reconhecer os limites da atuação escolar: a instituição não realiza diagnósticos, mas pode observar, registrar, orientar e estabelecer diálogo com os responsáveis e profissionais habilitados. A relação escola-família mostrou-se, portanto, elemento essencial para a construção de respostas mais coerentes às necessidades do estudante.

O segundo momento teve início após a definição diagnóstica de Síndrome de Tourette. O diagnóstico possibilitou compreender de forma mais adequada determinadas manifestações, porém também evidenciou que o conhecimento de uma condição, isoladamente, não transforma as práticas escolares. Foi necessário ampliar a compreensão da equipe acerca dos tiques motores e vocais, sobretudo de seu caráter involuntário.

Esse aspecto mostrou-se central porque a interpretação inadequada dos tiques pode produzir respostas disciplinares incompatíveis com uma perspectiva inclusiva.

Movimentos, sons, vocalizações ou palavras emitidas involuntariamente não devem ser confundidos automaticamente com comportamentos intencionais. Quando isso ocorre, o estudante pode ser responsabilizado por manifestações que não controla, resultando em constrangimentos e barreiras à sua participação.

A sensibilização da equipe pedagógica constituiu, assim, um dos principais aprendizados produzidos pela experiência. A formação dos profissionais mostrou-se necessária não apenas para conhecer características da Síndrome de Tourette, mas para modificar formas de interpretar determinados comportamentos. A ampliação do conhecimento favoreceu respostas mais pedagógicas e menos punitivas, fortalecendo uma cultura de respeito às diferenças.

Também foram percebidas barreiras atitudinais relacionadas à exposição, julgamento e incompreensão. A convivência escolar exige atenção para que manifestações visíveis ou vocalizações não se transformem em motivo de ridicularização ou isolamento. Nesse sentido, a sensibilização da comunidade deve ocorrer de forma cuidadosa, trabalhando valores como respeito e empatia sem expor informações pessoais do estudante ou transformar o diagnóstico em elemento de identificação pública.

No campo pedagógico, a experiência evidenciou que práticas inclusivas nem sempre dependem de adaptações complexas. Estratégias como permitir momentos de reorganização, evitar chamar atenção publicamente para os tiques, flexibilizar determinadas respostas e compreender que uma manifestação involuntária não corresponde necessariamente a uma intenção mostraram-se relevantes para reduzir constrangimentos. Tais medidas reforçam que a redução de barreiras pedagógicas depende de observação, diálogo e acompanhamento contínuo.

A atuação da gestão escolar revelou-se importante na articulação desses diferentes elementos. A gestão exerceu papel de mediação entre família, professores, estudante e profissionais especializados, contribuindo para orientar a equipe e favorecer a reorganização das práticas. Essa função confirma que a inclusão não deve ser atribuída exclusivamente ao professor da sala regular, ao profissional de apoio ou à família, mas compreendida como responsabilidade institucional.

Atualmente, o estudante encontra-se no 7º ano e continua apresentando alguns tiques motores e vocais, mesmo contando com acompanhamento familiar, profissional de apoio em sala e suporte psicológico e psicopedagógico. Essa realidade possibilita uma reflexão importante: o êxito da inclusão não deve ser medido pela eliminação dos tiques, mas pelas

condições oferecidas para que o estudante participe das atividades, aprenda e conviva com dignidade.

A permanência das manifestações também demonstra que o objetivo da escola não é normalizar o comportamento do estudante ou exigir que ele se ajuste integralmente aos padrões institucionais. Ao contrário, a perspectiva inclusiva exige que a própria escola reveja práticas e reduza barreiras que possam dificultar a participação. Assim, o diagnóstico não deve funcionar como rótulo, mas como elemento que pode contribuir para compreender necessidades e orientar respostas mais adequadas.

A experiência permitiu sintetizar quatro aprendizagens principais: acolher antes de julgar; fortalecer o diálogo com a família e com a equipe; reconhecer os limites da atuação escolar diante de questões clínicas; e reorganizar práticas sempre que uma barreira à participação ou à aprendizagem for identificada. Esses elementos demonstram que a construção de uma escola inclusiva depende menos de respostas prontas e mais da capacidade institucional de aprender diante das diferenças.

Dessa forma, os resultados indicam que a inclusão do estudante com Síndrome de Tourette produziu aprendizados que ultrapassaram sua situação individual. A experiência contribuiu para ampliar a compreensão da equipe, fortalecer a relação escola-família e evidenciar o papel da gestão na identificação e redução de barreiras. Mais do que responder a um diagnóstico específico, o processo favoreceu uma reflexão sobre a própria cultura escolar e sobre a necessidade de construir práticas capazes de assegurar participação, aprendizagem e respeito à diversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência analisada pode ser compreendida em dois momentos interligados. O primeiro ocorreu antes da definição diagnóstica e foi marcado pela percepção de manifestações involuntárias no cotidiano escolar. A ausência inicial de conhecimentos específicos sobre a Síndrome de Tourette exigiu cautela para que a escola não transformasse observações pedagógicas em conclusões clínicas. Nesse período, o acolhimento do estudante e o diálogo com a família constituíram ações centrais.

A mobilização da gestão para compreender as necessidades observadas favoreceu a orientação da equipe pedagógica e o incentivo à procura por acompanhamento especializado. Esse movimento evidencia uma função importante da gestão: articular pessoas e informações sem ultrapassar os limites da atuação educacional. A escola não

realizou diagnóstico, mas participou de um processo de atenção e encaminhamento que contribuiu para que a situação fosse posteriormente compreendida por profissionais habilitados.

O segundo momento iniciou-se após o diagnóstico. A partir dele, tornou-se necessário ampliar a compreensão da comunidade escolar sobre os tiques motores e vocais e sobre seu caráter involuntário. Mesmo com o acompanhamento atualmente realizado, o estudante continua apresentando alguns movimentos involuntários e, em determinadas situações, vocalizações ou palavras emitidas involuntariamente. A permanência dessas manifestações reforça que o objetivo da inclusão não é exigir que os tiques desapareçam, mas garantir que o estudante seja compreendido, respeitado e tenha condições de participar e aprender sem ser responsabilizado por manifestações que não controla voluntariamente.

Um dos aprendizados mais significativos foi a necessidade de prevenir interpretações equivocadas. Em uma rotina escolar organizada por regras de comportamento, manifestações involuntárias podem ser confundidas com provocação, desobediência ou tentativa de interromper a aula. Quando isso ocorre, a resposta da escola pode produzir constrangimento e aumentar a vulnerabilidade do estudante. A orientação da equipe, portanto, mostrou-se fundamental para substituir julgamentos por compreensão pedagógica.

A prevenção de constrangimentos também se relacionou à convivência com os demais estudantes. Uma escola inclusiva precisa atuar para que características individuais não se transformem em motivo de exposição ou ridicularização. Nesse sentido, a sensibilização da comunidade escolar deve ocorrer com cuidado, preservando a privacidade do estudante e, ao mesmo tempo, fortalecendo valores de respeito, empatia e convivência com as diferenças.

A experiência demonstrou ainda que práticas inclusivas não se limitam a adaptações formais. Em determinadas situações, acolher significa flexibilizar respostas, oferecer tempo para reorganização, compreender que uma manifestação involuntária não corresponde necessariamente a uma intenção e evitar intervenções que exponham o estudante diante do grupo. Essas medidas dependem de observação, diálogo e acompanhamento contínuo.

Outro resultado relevante foi a percepção de que a gestão escolar exerce papel de mediação entre diferentes atores. A inclusão exigiu diálogo permanente com a família,

apoio à equipe pedagógica e articulação com o acompanhamento especializado. No momento atual, essa rede envolve também o profissional de apoio presente em sala e os acompanhamentos psicológico e psicopedagógico. A continuidade do suporte familiar constitui elemento importante para compartilhar informações e favorecer coerência entre as necessidades observadas na escola e os acompanhamentos realizados fora dela.

A definição diagnóstica representou, portanto, um ponto importante do percurso, mas não seu encerramento. A trajetória posterior demonstra que a Síndrome de Tourette continua fazendo parte da experiência escolar do estudante: hoje no 7º ano, ele permanece apresentando tiques motores e vocais, embora disponha de acompanhamento familiar, profissional de apoio e suporte terapêutico. Essa realidade evidencia que inclusão não pode ser medida pela ausência de manifestações, mas pela capacidade da escola de reduzir barreiras, prevenir constrangimentos e assegurar participação e aprendizagem com dignidade.

A experiência vivenciada entre 2023 e 2025 permite, assim, destacar quatro eixos de aprendizagem institucional: acolher antes de julgar; dialogar com a família e com a equipe; reconhecer os limites da atuação escolar diante do diagnóstico; e reorganizar práticas quando uma barreira é identificada. Esses eixos sintetizam a contribuição do relato para a discussão sobre gestão escolar inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato evidencia que a inclusão de um estudante com Síndrome de Tourette no contexto escolar exige mais do que o conhecimento de um diagnóstico. A experiência vivenciada em uma escola pública de Icapuí–CE mostrou que a inclusão se constrói por meio de acolhimento, observação responsável, diálogo com a família, orientação da equipe pedagógica e articulação com profissionais especializados. A situação atual do estudante, matriculado no 7º ano, com profissional de apoio em sala e acompanhamento psicológico e psicopedagógico, demonstra a importância da continuidade dessa rede de suporte.

O percurso entre a percepção inicial das manifestações involuntárias e a compreensão posterior do diagnóstico evidenciou a importância de evitar interpretações precipitadas. Ainda hoje permanecem alguns tiques, expressos por movimentos e por vocalizações ou palavras involuntárias. Esse aspecto reforça que o acompanhamento não deve ter como parâmetro a simples supressão das manifestações, mas a criação de condições para que elas não se convertam em barreiras, punições ou situações de constrangimento. O

acompanhamento familiar, associado ao trabalho da escola e dos profissionais envolvidos, permanece essencial para a continuidade do processo inclusivo.

A gestão escolar mostrou-se relevante na identificação de barreiras, na articulação entre os diferentes sujeitos e na sensibilização da comunidade. O principal aprendizado foi compreender que a escola também precisa aprender diante das diferenças. Uma instituição inclusiva não é aquela que possui respostas prontas para todas as situações, mas aquela capaz de reconhecer limites, buscar conhecimento e reorganizar suas práticas quando necessário.

Como desdobramento, considera-se importante ampliar espaços de formação sobre condições pouco conhecidas no ambiente escolar e fortalecer estudos que deem visibilidade às experiências de estudantes, famílias, professores e gestores. Novas pesquisas podem contribuir para compreender de maneira mais aprofundada como escolas públicas constroem respostas inclusivas e quais estratégias favorecem a redução de barreiras à aprendizagem e à participação.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR*. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

TOURETTE ASSOCIATION OF AMERICA. *Resources for Educators*. Bayside, NY: Tourette Association of America. Disponível em: Tourette Association of America. Acesso em: 3 out. 2026. A instituição oferece materiais específicos para professores sobre tiques, adaptações, dificuldades educacionais, bullying e planos individualizados de apoio.